



Jornal FNE Edição 97 – Jun/10

Nesta edição, Engenheiro coloca em pauta uma das principais bandeiras da FNE e da categoria: a luta pelo piso profissional da categoria estabelecido pela Lei 4.950-A/66. Sofrendo questionamentos, especialmente de administrações públicas que não cumprem a obrigação de remunerar seus técnicos de maneira adequada, a norma é objeto de uma ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) à espera de decisão do STF (Supremo Tribunal Federal). Em defesa da categoria,

a FNE solicitou seu ingresso na ação como amicus curiae respaldada pelo parecer elaborado pelo ex-ministro Francisco Rezek. Em sua argumentação, ele descarta qualquer conflito com a Constituição Federal e reafirma a total pertinência da legislação.

Outra ação da FNE diz respeito à qualidade no abastecimento de energia elétrica. Com novas regras estabelecidas pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), segundo as quais as distribuidoras devem ressarcir os consumidores quando houver interrupção no fornecimento, faltam, contudo, ajustes que as tornem efetivas. Esse foi o tema de reunião na federação, no dia 29 de abril, e de seminário em São Paulo, em 20 de maio.

Também em pauta o PNBL (Plano Nacional de Banda Larga), o Plano Brasil 2022 e o encontro da CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados). E mais o que acontece nos estados.

Boa leitura.

OPINIÃO

Vivemos em um país em que o movimento sindical, ao longo do tempo, produziu acontecimentos históricos, marcando épocas, sempre pautado na luta pela conquista de direitos trabalhistas e salariais, como missão precípua.

Mesmo diante de uma multiplicidade de fatores econômicos, políticos, ideológicos e da reestruturação produtiva das empresas, como consequência da globalização da economia e das inovações tecnológicas, a importância das entidades como forma de representação dos trabalhadores vem prevalecendo.

Agora, também com a missão de inserção no processo de desenvolvimento do País e na promoção de maior justiça nas relações do trabalho. Nessa prerrogativa, os sindicatos vêm implementando mudanças na sua forma de atuação, ampliando espaços e influências, junto à classe trabalhadora, por meio de iniciativas como formação profissional, e à sociedade, com a defesa de assuntos de interesse da coletividade, fazendo surgir, por conseguinte, o “sindicato cidadão”.

Entendemos ser missão da nova diretoria do Senge Ceará, para a gestão 2010-2013, apoiarmos com mais afinco e determinação os profissionais da área tecnológica (engenheiros, arquitetos, agrônomos, geólogos, geógrafos, meteorologistas e tecnólogos) em suas demandas; continuar a luta pela ampliação do mercado de trabalho, incentivando a contratação de seus serviços; participar ativamente no processo de qualificação profissional através da promoção de atividades técnicas e outros eventos de interesse das citadas categorias; fomentar as discussões sobre a importância do cumprimento de normas e programas relacionados à segurança do trabalho; buscar alternativas eficazes para atuação em convenções coletivas dos diversos segmentos profissionais, visando a melhoria de condições de trabalho e a elevação do padrão de qualidade na prestação dos serviços técnicos.

É fundamental ainda ter participação ativa em âmbitos municipal, estadual e federal em temas de interesse da sociedade e de competência das diversas categorias; reforçar a parceria com o Crea-CE (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) para auxiliar no processo de fiscalização do exercício das profissões, na capacitação e na implementação de ações que resultem no incremento da atuação consciente no Sistema Confea/Creas em defesa da sociedade e da valorização profissional; promover atividades que produzam conhecimentos que propiciem a implantação de atividades comerciais, direitos e deveres trabalhistas, com foco no empreendedorismo, como opção de emprego e renda na área tecnológica.

Por fim, interagir com a FNE e seus sindicatos filiados, no tocante a ações que contribuam para a defesa dos patrimônios tecnológico, social e intelectual da coletividade brasileira e para o desenvolvimento sustentável nacional, cabendo aqui ressaltar as iniciativas que alavanquem o processo de valorização profissional e de salários justos, dada a importância dessas atividades para a aceleração do crescimento do País.

Thereza Neumann Santos de Freitas é presidente do Senge Ceará

ENERGIA

Em vigor desde 1º de janeiro último, a Resolução Normativa nº 395/2009, da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), determina que consumidores que ficarem por mais de três minutos na penumbra deverão ser indenizados automaticamente, com descontos em suas contas de luz do mês subsequente à ocorrência. A FNE vê a mudança de critérios com bons olhos, mas observa que ainda demanda ajustes. Entre eles, quanto às situações em que as concessionárias não têm a obrigação de compensar os seus usuários – como nos chamados “dias críticos” – e à simplificação do processo, de modo a possibilitar maior participação dos consumidores e das entidades representativas da sociedade civil. Esses foram temas tratados pela federação durante reunião em Brasília em 29 de abril com os 18 sindicatos e ela filiados. Na data, foi feita a essas entidades apresentação sobre o tema por Leonardo Queiroz, da Aneel.

Em seminário realizado na capital paulista pela Proteste (Associação Brasileira de Defesa do Consumidor), em 20 de maio, o diretor-geral da agência, Nelson Hubner, observou que o parâmetro adotado de mais de três minutos para as indenizações segue padrão mundial. Com a alteração, como explica ele, não se pode ultrapassar 4h36 mensais ou 18h86 anuais de duração de interrupção por unidade consumidora – leia-se DIC na fatura de energia elétrica. Também contam para aferição a FIC, relativa à frequência permitida a que um usuário fique no escuro, e a DMIC, ao tempo máximo de cada interrupção contínua.

A mensuração, portanto, ocorre individualmente. Antes, a qualidade era auferida com base nos indicadores coletivos de continuidade DEC e FEC, referentes à duração e à frequência equivalentes de interrupção por unidade consumidora. E não havia repasse diretamente aos consumidores. A concessionária que descumprisse os limites estabelecidos era multada em 1% de sua arrecadação bruta anual, valor que passava a compor a CDE (conta de desenvolvimento energético).

Adequações necessárias

Na reunião em Brasília, foram apontadas algumas preocupações, como com a ampliação dos cenários em que a distribuidora fica livre das compensações aos usuários. Em palestra no seminário em São Paulo, Carlos Augusto Ramos Kirchner, diretor do Seesp, destacou as principais: nas situações de emergência, nos dias críticos e nos esquemas de alívio de carga solicitado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema), em que se enquadra o blecaute de 10 de novembro de 2009, que atingiu vários estados. Até a entrada em vigor da nova resolução, as prestadoras de serviço não eram penalizadas apenas quando as interrupções resultassem de racionamento determinado por lei e de falhas nas instalações de consumidor isolado, desde que não afetassem outros usuários. Além das que durassem menos de três minutos. Exceções previstas na Portaria nº 046/1978, do antigo DNAEE (Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica).

Sobe as situações de emergência, como apontou Kirchner, são caracterizadas no módulo 1 dos Prodist (Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional) pela elevação do nível de risco para pessoas, equipamentos e/ou instalações, que exigem ação imediata. Contudo, ele deu um exemplo de enquadramento descabido para demonstrar que esse critério precisa ser revisto: no caso de desprendimento de uma cruzeta de poste que ocasione interrupção parcial e permaneça com algum cabo energizado, mesmo se os reparos durarem seis horas.

Ainda questionável, a queda de energia em dia crítico, que seria aquele em que a quantidade de ocorrências emergenciais, em determinado conjunto de unidades consumidoras, superar a média acrescida de três desvios padrões – o cômputo leva em conta dados dos 24 meses anteriores ao acontecimento. O diretor do Seesp pondera todavia que a medida pode ser um estímulo à falta grave por parte da prestadora de serviço, já que se houver uma grande tempestade numa cidade e árvores danificarem a fiação elétrica, os indicadores poderão ser superados, caso a empresa demore mais de 24h para restabelecer a energia. Mesmo, portanto, que o usuário tenha que ficar no escuro por atraso no trabalho da concessionária, essa não terá, em tese, que indenizá-lo.

Tarifas elevadas

Para além das adequações requeridas – que devem ser discutidas com os consumidores, ao que esses precisam ter acesso a informações simplificadas –, outro ponto que merece atenção é quanto aos valores cobrados na conta de luz. Hubner afirmou que a qualidade dos serviços prestados deve ser compatível com o nível tarifário – preocupação que estaria por trás da definição dos novos critérios.

Não obstante, é preciso rever não apenas os valores estratosféricos cobrados em âmbito nacional – como consequência de reajustes extraordinários ao longo dos anos – como distorções gigantescas, frutos da forma como está estruturada a concessão. Assim, como informou o próprio diretor-geral da Aneel, enquanto no centro-sul paga-se menos pela energia, no Nordeste os valores são dos mais altos, sobretudo dado o custo de transmissão. Em decorrência, enquanto no Rio de Janeiro o montante pago pelo consumidor equivale a R\$ 480,00 o MW/h, no Maranhão, chega aos ainda mais surpreendentes R\$ 648,00

o MW/h. Quem observou foi Luiz Pinguelli Rosa, diretor-geral da Coppe/UFRJ (Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro). Às distribuidoras, um negócio da China, conforme ele, já que a energia gerada é vendida às distribuidoras na média a R\$ 50,00 o MW/h.

SINDICAL I

Aconteceu em Belém, em 21 de maio, o primeiro evento regional promovido pela CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados). O painel teve como tema “Desenvolvimento tecnológico e geração de emprego” e foi tratado pelo professor da UFPa (Universidade Federal do Pará), Davi Ferreira Carvalho, e pelo diretor de articulação nacional da CNTU, Allen Habert, engenheiro e também dirigente do Seesp. Participaram ainda da mesa o presidente do Conselho Regional de Economia do Distrito Federal, José Luiz Pagnussat, e o diretor da CNTU, Wilson Roberto Villas Boas Antunes, como coordenador.

Ferreira abordou a necessidade de inovação tecnológica, o que demanda estímulo estatal em especial nas pequenas e médias empresas. Ressaltou ainda que se registram avanços nesse setor no Brasil, mas além da discrepância da possibilidade de investimentos de acordo com o porte da companhia, há ainda uma forte desigualdade regional. “A concentração está no Sudeste do País”, salientou. Lamentavelmente, apontou ele, a região Norte encontra-se em situação bastante prejudicada nesse quesito, apesar de todo o potencial da biotecnologia a ser desenvolvida na Amazônia.

Habert defendeu a aliança entre “conhecimento, inovação e senso empreendedor” para se promover uma economia criativa. Tal meta, enfatizou, tem o objetivo de construir um País para todos os seus 200 milhões de habitantes, acabar com a pobreza e resolver problemas básicos como a carência de saneamento, o déficit habitacional, a precariedade na saúde e na educação e a fome. “O ano de 2022, o bicentenário da Independência, é a data-base do País para enfrentar esses desafios”, afirmou.

Nesse contexto, ele apontou o papel a ser desempenhado pelas categorias representadas pela CNTU. “Os profissionais liberais, que são 10 milhões no Brasil, são o estado-maior da luta pelo desenvolvimento.” Por isso mesmo, continuou, é preciso preparar esse contingente por meio de um sistema nacional de requalificação.

Na sua opinião, entre as grandes vantagens estratégicas do Brasil, cuja vocação é ser uma potência, está a descoberta das reservas de petróleo na camada do pré-sal. “A corrida tecnológica para garantir acesso a essa riqueza já está ganha”, aposta. Ainda conforme ele, daí sairão os recursos para financiar os avanços sociais, especialmente a educação.

Socialmente justo

O encontro da CNTU integrou o VI Enese (Encontro das Entidades Sindicais de Economistas), promovido pela Fenecon (Federação Nacional dos Economistas) e pelo Sindicato dos Economistas do Pará, que teve início no dia 19, reunindo diversos representantes da profissão e outras lideranças.

Sob o tema “Por um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil”, o evento contou na abertura com a participação do presidente da CNTU e da FNE, Murilo Pinheiro, que destacou a

oportunidade do conjunto dos profissionais liberais de fazer a diferença: “Neste ano eleitoral, podemos apresentar propostas e projetos aos candidatos e à sociedade.”

Convidado a fazer a palestra inaugural do encontro dos economistas, o ex-presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e professor da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), Carlos Lessa, falou sobre a necessidade de se estabelecer um modelo de desenvolvimento que seja socialmente justo.

Na sua opinião, na busca desse objetivo, não há empecilho maior que o não crescimento. Para tanto, é fundamental que haja investimento acima do patamar de 20% do PIB (Produto Interno Bruto), o que exige avanços, tendo em vista que esse índice em 2009 ficou em 18%, embora tenha crescido desde 2006.

Uma receita básica para assegurar que a expansão econômica se traduza em bem-estar para a maioria seria ampliar a produção de energia, aprimorar a logística, manter a elevação real do salário mínimo e reforçar o sistema da Previdência. Para Lessa, se o Brasil conseguir mudar sua matriz de transporte e melhorar a mobilidade nas cidades, estaria garantido “um salto fantástico no poder de compra dos salários”. “Isso seria socialmente justo”, afirmou.

SINDICAL II

Um novo passo pela valorização profissional da categoria foi dado no dia 26 de abril último, quando a FNE solicitou ao STF (Supremo Tribunal Federal) seu ingresso como *amicus curiae* (amigo da Corte) na ADPF 171 (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental). A ação, de autoria do Governo do Estado do Maranhão, questiona a constitucionalidade da Lei 4.950-A/66, que estabelece o piso do engenheiro e de outros trabalhadores para jornada de oito horas diárias em nove salários mínimos – somando atualmente R\$ 4.590,00.

À solicitação foi anexado parecer elaborado pelo ex-ministro do STF Francisco Rezek, produzido a pedido da federação, que deverá ser apreciado quando da decisão sobre o mérito da questão. Pela argumentação do jurista, não resta qualquer dúvida quanto à legalidade da norma que assegura o piso profissional e cai por terra a pretensão de que haveria conflito com a Constituição Federal, que em seu artigo 7º, inciso IV, proibiu qualquer vinculação ao salário mínimo. “Um fato político notório foi o propósito do constituinte: coibir o uso do salário mínimo como indexador – rotineiro que se havia tornado – de obrigações de natureza não salarial, mais de perto atinentes ao capital que ao trabalho, o que por certo inibiria, em período inflacionário ainda galopante, sua correta fixação e reajuste, a não falar dos danos daí decorrentes para a economia do País”, explica Rezek.

Ele lembra que tal conceito fica ainda mais claro logo a seguir, no inciso V, em que a Carta Magna assegura “piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho”. “Está

assim expresso na letra da Constituição que haverá um salário mínimo – ou piso salarial – proporcional à extensão e à complexidade do trabalho realizado por determinada categoria profissional, levando em conta a natureza da atividade exercida, a formação acadêmica do profissional, sua qualificação para realizar determinado trabalho com eficiência e proveito.”

Convencido da tese, após debruçar-se sobre o assunto, Rezek vai mais longe em sua defesa: “(...) Não é simplesmente admissível: é natural e pouco menos que imperativo que se utilize o salário mínimo como referência para a fixação dos pisos salariais, que ostentam a mesma natureza daquele, e que, repita-se, impõem-se por força de uma norma constitucional.” O ex-ministro critica ainda o questionamento levantado na ADPF 171. “É no mínimo surpreendente que alguns governantes (...) sintam-se confortáveis na sua pretensão de solapar um piso salarial expressamente garantido pela Carta, em nome de uma leitura no mínimo controvertida de outro dispositivo, não mais nem menos importante, e sem dizerem uma única sílaba sobre o que desejam ou esperam que faça as vezes do referido piso.” Na sua opinião, a atitude representa ataque à lei maior do País. “Há aqui um propósito insolente de ultrajar, de modo aberto, o inciso V do artigo 70 da Constituição da República, a pretexto de homenagear uma interpretação – errada, ou mesmo que certa fosse – do inciso precedente.”

Rezek lembra ainda em seu parecer que, levando essa realidade incontestável em consideração, a Justiça do Trabalho tem garantido a vigência da norma. “Na origem desse feito, tanto o Tribunal Regional quanto o Tribunal Superior do Trabalho entenderam que não existe incompatibilidade entre a Lei 4.950-A e o disposto no artigo 7º, IV, da Constituição.”

Contra o salário

Foram exatamente tais decisões que motivaram a governadora Roseana Sarney a recorrer ao STF contra o pagamento do piso devido aos engenheiros nas empresas públicas do Estado do Maranhão. Datada de 25 de maio de 2009, a ação pede, inclusive em medida liminar, “a suspensão de todos os processos, bem como dos efeitos de decisões judiciais, que versem sobre a aplicação do art. 5º da Lei 4.950-A, no âmbito da Justiça comum e trabalhista no Estado do Maranhão”. Sem que o mérito fosse apreciado ou o pedido de liminar concedido, em 26 de março último o governo maranhense voltou à carga em petição ao STF, reiterando seu pleito.

A reivindicação, descabida conforme demonstrado por Rezek, visa livrar o Governo principalmente das obrigações para com os profissionais da Emarph (Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos), que absorveu inúmeros quadros técnicos de órgãos extintos, como Emater (Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural) e Cohab (Companhia de Habitação Popular). A esses havia sido concedido por decisão do Tribunal da 16ª Região o direito ao piso profissional.

Tendo em vista o descumprimento sistemático da norma federal, como a própria administração estadual reconhece em sua ADPF, foram ajuizados apenas contra a Emarph nada menos que 217 processos, somando dezenas de milhões de reais em diferenças salariais. Ou seja, numa ginástica jurídica, alega o próprio erro, o desrespeito ao direito dos

trabalhadores que gerou um passivo ao Estado, como pretexto para se livrar de vez da obrigação de cumprir a lei.

“A argumentação da inconstitucionalidade por aqueles que não querem dar o devido reconhecimento aos engenheiros e a outros profissionais essenciais ao desenvolvimento das cidades e estados e ao bem-estar da população é tanto antiga quanto falaciosa”, critica o presidente da FNE, Murilo Celso de Campos Pinheiro. “Faremos agora o enfrentamento no STF, munidos de uma nova arma, o parecer de um especialista altamente qualificado, cujo saber jurídico é incontestável”, completa.

SINDICAL III

RS

Engenheiros da Prefeitura iniciam movimento

Uma grande mobilização, promovida pelo Senge RS, reuniu no dia 19 de maio, no Departamento Municipal de Habitação, 120 engenheiros, arquitetos, geólogos e geógrafos vinculados à Prefeitura de Porto Alegre em torno de uma pauta comum: remuneração e responsabilidade técnica. Na ocasião, Eduardo Fleck, do Departamento Municipal de Limpeza Urbana, apresentou relatório demonstrando grande defasagem salarial desses técnicos. A reivindicação é a criação de legislação específica que estabeleça compensação financeira aos riscos inerentes à atividade. Ele destacou que outras categorias já são beneficiadas por esse tipo de proteção, o que favorece e justifica o pleito desses profissionais. Dirigindo a mesa de trabalhos, Sérgio Brum, da Secretaria Municipal de Obras e Viação, salientou o papel do Senge como condutor do processo que se inicia. O presidente do Senge, José Luiz Azambuja, declarou total apoio do sindicato ao movimento e disse que a assessoria jurídica desse já analisa a minuta do projeto de lei que cria a verba de responsabilidade técnica. Indicou ainda o diretor do Senge, Elton Luis Bortoncello, para acompanhar as discussões.

CE

Empossada diretoria do sindicato

No dia 4 de maio, aconteceu a posse da diretoria do Senge-CE e a comemoração dos seus 68 anos, no Theatro José Alencar, que contou com a presença de autoridades, representantes de entidades de classe, profissionais da área tecnológica e convidados, entre eles a deputada estadual Rachel Marques (PT) e Antônio Salvador da Rocha, presidente do Crea-CE (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Ceará). Reeleita para comandar o Senge no triênio 2010-2013, Thereza Neumann Santos de Freitas disse que “continuará pautando sua

gestão no apoio aos profissionais em suas demandas, na luta pela ampliação do mercado de trabalho e realizando parcerias com as entidades da área tecnológica do Estado e do País. Representando o presidente da FNE, Murilo Celso de Campos Pinheiro, Antônio Florentino de Souza Filho, que preside o Senge-PI, salientou: “Estamos dispostos a fortalecer a parceria entre a FNE e o sindicato para promover o desenvolvimento.”

AL

Pacheco participa de debate sobre o pré-sal

Proposta pelo deputado estadual Judson Cabral (PT), aconteceu em 17 de maio último audiência pública na Assembleia Legislativa de Alagoas para tratar das reservas de petróleo na camada do pré-sal. O debate contou com a participação do presidente do Senge-AL, José Ailton Ferreira Pacheco, bem como do gerente da unidade da Petrobras no Estado, Marcos Silveira Gonçalves. Com a exploração do pré-sal, o Brasil poderá passar da 13ª colocação para a 4ª entre os maiores produtores de petróleo do mundo. “É preciso nos aprofundar no assunto para ver como será a exploração desse novo recurso natural e quais os benefícios que ele poderá trazer à população brasileira”, ressaltou Pacheco.

MA

Atendendo reivindicações dos autônomos

Devido ao boom na construção civil na cidade de São Luís, um grupo de engenheiros autônomos, preocupado com eventuais problemas que possam vir a ocorrer nesse setor, solicitou à direção do Senge que pedisse informações sobre os trâmites da regularização de projetos, bem como a legislação que lhes respalda. Segundo Maria Odinéa Melo Santos Ribeiro, essa reivindicação foi encaminhada no dia 7 de abril último ao secretário municipal de Terras, Habitação e Urbanismo, Domingos Brito, e ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Maranhão. “Ambos já enviaram os dados solicitados, que serão submetidos à avaliação dos profissionais autônomos em junho.”

PI

Assembleia aprovará propostas ao governador

Está prevista para o dia 8 de junho Assembleia Geral Extraordinária dos engenheiros do Emater (Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí) para discutir e aprovar propostas de gestão ao setor e reivindicações para o PCCV (Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos) da empresa, a ser encaminhadas ao Governo do Estado. Segundo Antônio Florentino de Souza Filho, presidente do Senge Piauí, os engenheiros e médicos veterinários, prejudicados pela indefinição e a existência de duas leis que tratam do PCCV dos empregados do Emater, há anos pleiteiam ganhos condizentes com suas funções. “Tem sido uma luta sem trégua travada pelo

Senge-PI, Associação dos Engenheiros Agrônomos do Piauí e Associação de Nível Superior do Emater na defesa desses trabalhadores. Agora, acendem-se novas esperanças, confiando na solução desse impasse”, aposta Florentino.

PA

1º Encontro Nacional dos Funcionários do Basa

Ocorreu no dia 22 de maio último o 1º Encontro Nacional dos Funcionários do Banco da Amazônia, reunindo arquitetos, engenheiros e médicos veterinários para tomarem conhecimento sobre as lutas pelo cumprimento do piso salarial profissional, determinado pela Lei 4.950-A/66, e a obrigatoriedade do registro das ARTs (Anotações de Responsabilidade Técnica) dos trabalhos realizados pelos funcionários do Basa. Participaram do evento como palestrantes os presidentes Murilo Celso de Campos Pinheiro, da FNE, e José Viana, do Crea-PA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Pará); Wesley Loureiro, assessor jurídico do Senge-PA; e João Guilherme Vargas Netto, cientista político da FNE. Também estavam presentes os presidentes do Seageto, João Alberto Rodrigues Aragão; Manoel Pereira Júnior, do Sindicato dos Médicos Veterinários do Pará; Simone Seabra, diretora do Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas do Estado do Pará; além de representantes de sindicatos do Amazonas e do Acre e profissionais desses estados e do Maranhão.

ENTREVISTA

Um país menos desigual, com crescimento anual de 7%, sem analfabetismo, desmatamentos, mais soberano e com mais engenharia. Alcançar tais metas até o ano de 2022, quando será celebrado o bicentenário da Independência, é o que propõe o Plano Brasil 2022 (disponível para consulta e sugestões em www.sae.gov.br/brasil2022). Formulado por grupos de trabalho compostos por técnicos da SAE (Secretaria de Assuntos Estratégicos) e do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), além de representantes dos ministérios e da Casa Civil, será apresentado ao presidente Lula em 30 de junho. Nesta entrevista ao Engenheiro, o secretário executivo da SAE, Luiz Alfredo Salomão, fala sobre os objetivos e as prioridades do plano, como a garantia de expansão econômica com distribuição de renda e a busca por autonomia tecnológica.

Quais as prioridades do Plano Brasil 2022?

A prioridade maior é o País crescer segundo um modelo baseado na expansão do mercado interno, na redução das suas enormes assimetrias, sejam elas na distribuição da produção econômica por regiões ou da renda. O plano fixa metas que o Brasil deva perseguir e que

sejam factíveis, como se desenvolver a taxas de 7% ao ano pelo menos durante esses 12 anos. Podemos perfeitamente iniciar um ciclo de crescimento sustentável, respeitador do meio ambiente, aproveitando sobretudo os nossos fundamentos econômicos sólidos e a oportunidade representada pela crise mundial. Temos que ter confiança nisso, e os governos não atrapalhem para percorrermos essa trajetória de expansão e possivelmente chegarmos a quarta ou quinta maior economia do mundo em 2022.

A ideia é retomar o planejamento de longo prazo pensando num desenvolvimento sustentável?

Exatamente. Estabeleceu-se um convencimento de certos setores que estão apoiados na mídia de que o País está condenado a um crescimento medíocre de no máximo 4,5% ao ano. A história do Brasil mostra que nosso potencial é muito maior, não só pela existência de graves distorções e assimetrias na divisão espacial e interpessoal da renda, mas também porque há enormes oportunidades, como no campo energético, em que temos uma matriz muito limpa e houve a descoberta de grandes reservas de petróleo e gás que poderão ser usadas como alavancas ao desenvolvimento. Tem também a nossa biodiversidade e esse potencial imenso da mão de obra brasileira que ainda padece de baixo nível de escolarização e tem poucas oportunidades ao seu aperfeiçoamento, problemas que se forem equacionados permitirão um grande crescimento da produtividade. Aliás, essa deveria ser a meu juízo a bandeira central do movimento sindical brasileiro, travar a luta no sentido de que as empresas propiciem aos seus funcionários a possibilidade de aumentarem a sua escolaridade, o seu conhecimento e se aperfeiçoarem.

Com relação às medidas na área de C&T, está prevista a ampliação da participação das engenharias. O plano então traz a visão de sua importância ao desenvolvimento almejado?

É um reconhecimento do seu valor estratégico. A posição da SAE e especialmente do Ministro (Samuel Pinheiro Guimarães) é que esses setores de pós-graduação e pesquisa sejam particularmente agraciados pelas dotações tanto do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) quanto da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e das fundações de amparo à pesquisa dos estados, porque é preciso tornar o país menos dependente da importação de tecnologia, de assistência técnica, de patentes estrangeiras e mais apto a produzir as inovações que podem alavancar a nossa economia. Isso depende dos engenheiros, sem dúvida nenhuma.

Consta no plano diretriz referente a ampliar a capacidade de inovação das empresas. Como seria feito isso?

Hoje já existe farta legislação de incentivos fiscais e creditícios importantes para financiar a inovação, mas não houve ainda mudança substantiva por parte da indústria brasileira. É preciso rediscutir o marco legal criado e superar os obstáculos.

Quanto a desenvolvimento agrário, a ampliação da agricultura familiar e a resolução do nó histórico da reforma agrária são a preocupação central?

Exatamente, a ideia é que, através dos programas de desenvolvimento agrário, fortaleçamos a produção agropecuária para abastecimento do mercado interno de alimentos. E que o progresso desses produtores gere uma classe média rural que terá papel extraordinário no desenvolvimento do País, porque vai incorporar no mercado consumidores até então marginalizados.

Com relação a trabalho e emprego, o que vale destacar?

A principal meta nesse campo é elevar a participação dos salários na renda nacional, que hoje é da ordem de 41%, para mais de 50%. Significa dizer que é preciso dar continuidade à política salarial praticada pelo Governo Federal, que já promoveu substantivos aumentos reais do mínimo.

Como garantir que as metas previstas tornem-se políticas de Estado de fato?

O plano como um todo deve se tornar política de Estado, se for aprovado pelo atual Presidente da República e legado a um próximo que aceite, obviamente sujeito a reformulações, o conjunto da nossa proposta, cujo tema central é o desenvolvimento brasileiro. Sem isso, todo o resto fica prejudicado. Se houver consenso de que é preciso adaptar a política econômica atual para que ela estenda os objetivos à promoção do crescimento e da distribuição da renda, defendendo o meio ambiente, teremos recursos para financiar essas outras metas. Além disso, para tomar algumas providências, o Executivo já tem instrumentos. Infelizmente ainda não conseguimos erradicar o trabalho escravo e o infantil, mas esse é um objetivo que só depende da capacidade do Governo de fazer cumprir a legislação. Outras medidas, como o nivelamento dos salários entre mulheres e homens e a extensão dos direitos sociais à classe trabalhadora, dependem também da (pressão da) sociedade.

C&T

Instituído por decreto presidencial, em 13 de maio, o PNBL (Plano Nacional de Banda Larga) pretende massificar o acesso à Internet rápida no País oferecendo o serviço por no máximo R\$ 35,00 ao mês, com velocidade de 512 kbps (quilobits por segundo). O objetivo é saltar dos atuais 11,9 milhões de domicílios conectados para 39,8 milhões até 2014. Destinado à inclusão digital, o programa promete ações no sentido de reduzir as desigualdades social e regional,

umentar a competição no setor, diminuir o preço do serviço e ainda incentivar o empreendedorismo.

A gestão ficará a cargo da Telebrás (Telecomunicações Brasileiras S. A.), que será responsável pela instalação da rede privativa de comunicação da administração federal e também apoiará políticas de conexão a banda larga em pontos de interesse público como escolas e hospitais. A ideia é que a estatal controle toda a infraestrutura e forneça os dados no atacado para pequenos e médios provedores. A empresa entregará a Internet rápida para usuários finais apenas em localidades nas quais não haja disponibilidade do serviço.

Conforme explica Rogério Santana, presidente da Telebrás, para colocar o plano em ação, o Governo utilizará a malha de fibras ópticas já instalada, mas ociosa, das estatais Eletrobras e Petrobras. Segundo ele, serão construídos backbones (rede principal) e backhauls (infraestrutura que interliga as redes de acesso) com várias tecnologias, como WiMax (para acesso sem fio de banda larga), equipamentos de DWDM (para aplicações em redes de acesso) e rádios de alta capacidade. “Temos hoje a possibilidade de ligar 4.278 municípios em torno dessas redes disponíveis”, informou.

Ainda de acordo com ele, a infraestrutura física será licitada e a pretensão é que empresas brasileiras prestem esse serviço.

Ao todo, serão investidos R\$ 13,2 bilhões, o que inclui ofertas de crédito pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), para aquisição de equipamentos com tecnologia nacional e financiamento para micro, pequenas e médias empresas e lan houses. Há ainda recursos do Fust (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações) para pequenas e médias prestadoras e do Funttel (Fundo de Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações) para pesquisa e desenvolvimento no setor, além de uma série de desonerações, incluindo redução de PIS/Cofins para a política de modems e isenção de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) para equipamentos de telecomunicações brasileiros.

Na visão de Marcos Dantas, professor da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e consultor do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, o plano deveria ter sido feito em regime público, no qual os operadores privados ficariam sujeitos a obrigações como a universalização do serviço, continuidade e controle das tarifas. “O Governo efetivamente renunciou a essa opção. O PNBL prevê a parceria da Telebrás com uma quantidade desconhecida de pequenos provedores que poderão deixar de prestar o serviço a qualquer momento, não há obrigação”, critica Dantas, que também desaprova a não utilização integral dos recursos do Fust e a velocidade de 512kbps, que poderá comprometer a qualidade do serviço.

Já a deputada federal Luiza Erundina (PSB/SP), que vem acompanhando o tema no Congresso e propugnou pela universalização da banda larga no âmbito da Conferência Nacional de Comunicação, defendeu o programa. “É uma medida democratizadora que garantirá o acesso de todos os brasileiros a um bem moderno e necessário. Portanto, temos que apoiar e cobrar que a sua implantação seja feita o mais rápido possível.”

Oportunidades

A iniciativa terá ainda um outro efeito benéfico, que será a geração de empregos, especialmente para engenheiros. “Sem dúvida haverá demanda por técnicos, não só para implantar e gerenciar o plano como também para fabricar equipamentos, e ainda oportunidades para pequenos empreendedores”, ressaltou Santanna. Outra meta importante prevista no PNBL é o estabelecimento de uma política produtiva e tecnológica para a banda larga.

Conforme Dantas, o plano contém um importante avanço na questão industrial tecnológica do País, porque gerará um mercado de compra no setor público e privado, dando oportunidade para beneficiar produtos e serviços com tecnologia nacional.

Por outro lado, Luiz Salomão, secretário executivo da Secretaria de Assuntos Estratégicos, acredita que, como o PNBL não demandará investimentos tão significativos, ainda que seja utilizada a capacidade de poder de compra nacional para orientar encomendas, “não vai mudar a dinâmica da indústria eletroeletrônica”.

Para ele, tal política será efetivamente contemplada com o Plano Brasil 2022, que prevê uma rede de banda larga com maior velocidade (100 megabytes por segundo), que, para cobrir todo o território nacional, demandará equipamentos e cabos de fibra óptica em volume suficiente para criar um novo impulso na fabricação de material de telecomunicações. “Isso teria efeito extraordinário no desenvolvimento da nossa indústria e a ideia é que essa seja instalada prioritariamente no Nordeste.” A região, como lembra ele, que tem polos metalúrgicos e químicos, oferece condições privilegiadas para tanto.